



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 14 DE ABRIL DE 2011

ACTA Nº 02/2011

Aos catorze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas dezassete horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que cumprimentou e desejou boas-vindas a todos os Membros da Assembleia, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação. Procedeu de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Pereira de Sousa e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Marco Paulo da Silva Teixeira; José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo a que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da primeira sessão ordinária, do dia 25 de Fevereiro de 2011.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos vinte membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 28 de Fevereiro a 14 de Abril de 2011 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Pedro Miguel da Silva Monteiro foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011.

Pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Pereira de Sousa e Albertina Maria da Costa Oliveira, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 14 de Abril de 2011.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ofício nº 301/2011, de 8 de Abril de 2011, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e informou que o mesmo não chegou a tempo para constar da ordem de trabalhos desta sessão, para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que realizar-se-á, em Coimbra, no dia 9 de Julho de 2011.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, em escrutínio secreto, por unanimidade, dos vinte membros presentes, eleger a Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, Anabela da Silva Calisto, para participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE LOUVOR:

Pelo membro Roberto Oliveira do CDS-PP foi apresentado o Voto de Louvor à Associação Cultural e Recreativa dos Remédios, que abaixo se transcreve:

"VOTO DE LOUVOR

No âmbito das minhas funções, proponho que se vote nesta Assembleia, um voto de louvor à Associação Cultural e Recreativa dos Remédios, pelas suas actividades em prol da sua comunidade, por todo o seu esforço desenvolvido em dar relevo às suas festas, usos e

costumes tradicionais, culminando com a realização anual de um festival de âmbito regional de Cantigas ao Desafio.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor à Associação Cultural e Recreativa dos Remédios.

COMISSÃO PARA O PATRIMÓNIO:

O membro Roberto Oliveira expôs que entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta sessão houve alguns problemas relacionados com as obras do Convento dos Frades. Informou que vai apresentar uma proposta para a constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Património no Concelho de Lagoa. Não é nenhuma crítica que está a fazer à Câmara Municipal, nem aos Arquitectos que elaboraram os projectos, em sua opinião, entende que o Património do Concelho de Lagoa é de elevada importância e merece alguma discussão.

O membro Roberto Oliveira do CDS-PP apresentou a proposta para a Comissão para o Património, que abaixo se transcreve:

“Comissão para o Património

Atendendo a que são discutíveis algumas obras de construção, remodelação e conservação do Património do Concelho de Lagoa, nomeadamente, o Jardim do Rosário, a Praça em Santa Cruz, a Praça da República em Água de Pau e mais recentemente as obras no Convento dos Frades, proponho que se vote nesta Assembleia a constituição de uma comissão de acompanhamento e preservação para todo o património do Concelho de Lagoa.”

Referiu ainda o membro Roberto Oliveira que quando se discute não se quer dizer que se esteja contra, entende que o Património do Concelho de Lagoa está acima de qualquer grupo ou qualquer vontade política. Acrescentou que não exige que a constituição da Comissão de Acompanhamento do Património no Concelho de Lagoa seja composta por membros da Assembleia Municipal, fica ao critério do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal e, em sua opinião, pode ser constituída à semelhança da Comissão de Toponímia, incluindo uma pessoa de cada freguesia do Concelho. Repetiu que os assuntos relacionados com o Património são demasiados sérios para ficarem ao critério de apenas um grupo, porque isso significa grandes responsabilidades.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos os presentes na Assembleia Municipal e referiu que percebeu o que o membro Roberto Oliveira expôs mas numa perspectiva de ser constituída uma Comissão Consultiva, pois a Câmara

Municipal tem competência para executar as obras. Manifestou que não vê nada de mal que se possa avaliar essa proposta e ser apresentada uma proposta de regulamento com a constituição de uma Comissão Consultiva para acompanhamento de obras de relevância. Acrescentou que depois não podemos cair no excesso e promover uma discussão pública para todas as obras.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada para a constituição de uma Comissão para o Património.

SESSÕES SOLENES:

O membro Roberto Oliveira expôs que não teve ainda a oportunidade de felicitar o Senhor Presidente da Mesa, pela Sessão Solene da Assembleia Municipal de Lagoa, de 15 de Outubro de 2010, referente à Comemoração do Centenário da Instauração da República, foi uma sessão muito bem organizada e com elevação. Destacou que também se realizou a Sessão Solene do Feriado Municipal e pediu desculpa os seus colegas do PSD, mas achou que o PSD não estava devidamente representado. Opinou que com certeza tiveram as suas razões, mas lamentou que não estivessem presentes, em sua opinião, são em actos desta natureza que, como responsáveis políticos do Concelho, devem assumir com postura e com elevação e que não deverão ser considerados actos partidários. Acrescentou que poderá não se concordar com os condecorados, ou com o painel de discursos ou com outras coisas, mas é uma ocasião nobre no Concelho. Declarou "se nós, com a nossa presença ou contribuição, não elevarmos esses momentos não estamos, em parte, a exercer a nossa obrigação e as nossas responsabilidades políticas." Defendeu que não é uma crítica pessoal foi uma observação que constatou e espera que compreendam como numa crítica positiva.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ASSUNTOS DIVERSOS:

O membro Francisco Vieira questionou e expôs o seguinte:

- Qual foi o critério da marcação da hora desta sessão da Assembleia Municipal, para as dezassete horas e trinta minutos. Normalmente, eram realizadas mais tarde, o que facilitava a presença dos membros que trabalham;
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, como Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores foi recebido pelo Senhor Presidente da República e pelo Senhor Presidente da Assembleia da República e gostaria de saber como decorreu a reunião. Se houve alguma resposta positiva, sobre o pagamento da dívida do Governo da República, referente à transferência do IRS, às Câmaras Municipais dos Açores;
- Teve conhecimento através de relatos de alguns Municípios, sobre os roubos de contentores de resíduos sólidos. As pessoas deixam à porta os contentores e depois quando

os vão recolher já não os encontram. Citou que esta situação já lhe aconteceu por duas vezes e é uma despesa acrescida para a Câmara Municipal, a substituição dos referidos contentores. Referiu que é necessário a Câmara Municipal tomar alguma medida sobre este assunto;

- Por último, referiu que a Câmara Municipal deveria chamar a atenção da PSP para a necessidade de uma maior eficácia na patrulha das nossas freguesias. Todos sabemos que não têm efectivos em número suficiente, mas deviam ter mais em consideração o patrulhamento. Expôs que ainda a noite passada, foi retirado combustível a motas que se encontravam na via pública.

Sobre o horário desta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que para alguns membros é mais conveniente que as sessões se realizem mais cedo. Quando a ordem de trabalhos for extensa, como foi o caso desta sessão, a realização da mesma será mais cedo para não terminar muito tarde.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal tem tido alguns contactos e reuniões com o novo Comandante da PSP. Referiu que quer deixar aqui uma nota positiva à actuação da PSP que, com o mesmo número de recursos, até parece que tem mais, para o trabalho que têm feito e é uma situação que lhe apraz registar. Mais informou que, neste momento, tem havido uma crescente preocupação, também resultado de algumas pessoas que estavam detidas e que agora estão em liberdade, tem havido muitos assaltos na zona do Cabouco e em explorações agrícolas, com a destruição de ordenhas. Tem conhecimento que a PSP está a investigar estas situações que tem havido um acompanhamento por parte da PSP e está satisfeito com a nova Direcção da Esquadra da PSP de Lagoa.

Em relação aos roubos dos contentores dos resíduos sólidos informou que não podemos fazer nada e isso só acontece quando as pessoas não estão em casa. O que podemos fazer é falar com a empresa e pedir para nas moradias com jardim, se possível, colocarem o contentor para o lado de dentro. É um encargo para a Câmara Municipal mas não há como solucionar este problema.

Sobre a situação das transferências do IRS informou que reuniram com o Senhor Presidente da Assembleia da República e mais tarde com o Senhor Presidente da República e ficaram com a ideia que ambos percebiam e entendiam as razões, ou seja, os Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podiam ficar prejudicados e que a situação teria que ser esclarecida e a alteração à Lei seria a solução mais fácil.

Por parte da Assembleia da República, o assunto baixou às Comissões e por parte do Senhor Presidente da República, ficou a promessa de que iria colocar esse assunto ao Senhor Primeiro-Ministro nas reuniões semanais de Quinta-Feira. Entretanto a situação complicou-se do ponto vista político e agora o Governo está demissionário, temos que aguardar pela constituição do novo Governo. A Câmara Municipal de Lagoa colocou uma acção em Tribunal, o Ministério já apresentou a sua defesa e a Câmara Municipal já apresentou resposta, o processo está a decorrer em Tribunal e aguardamos a decisão do processo. Quando houver uma decisão a verba terá que ser transferida.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deu as boas tardes a todos e pediu a palavra porque gostava de completar a exposição apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, em relação à situação dos contentores de resíduos sólidos, que lhe foi concedida. Questionou se a empresa que fornece os contentores não terá um sistema de fixação dos contentores, numa pós utilização, que permitisse que os mesmos ficassem fixados às moradias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que seria um procedimento difícil e não seria prático.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2010:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2010, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 11.932.820,56 (onze milhões novecentos e trinta e dois mil oitocentos e vinte euros e cinquenta e seis cêntimos) e de € 534.406,33 (quinhentos e trinta e quatro mil quatrocentos e seis euros e trinta e três cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 377.947,88 (trezentos e setenta e sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos), incluindo

Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 12.845.174,77 (doze milhões oitocentos e quarenta e cinco mil cento e setenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos).

A despesa efectuada durante o mesmo período foi no montante de € 12.000.870,96 (doze milhões oitocentos e setenta euros e noventa e seis cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 515.310,81 (quinhentos e quinze mil trezentos e dez euros e oitenta e um cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 328.993,00 (trezentos vinte e oito mil novecentos e noventa e três euros), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

Saíram da sala os membros Eduíno Rego e Rodolfo da Silva.

O membro Roberto Oliveira dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que não deve de ser fácil gerir a Câmara Municipal de Lagoa. Houve uma situação que lhe chamou a atenção, as receitas correntes baixaram mas até se portaram bem, houve uma execução de 82 %. Quanto às receitas de capital obtiveram apenas a taxa de 41% de execução. Com certeza que o Senhor Presidente da Câmara terá uma explicação para esta situação. Acrescentou que esta situação trará uma nova preocupação, a descida das receitas e o montante do valor em dívida, poderá a Câmara Municipal de Lagoa correr o risco de ultrapassar os limites de endividamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o membro Roberto Oliveira fez duas constatações e uma interpretação, em relação às constatações de facto são os números que estão nos documentos de Prestação de Contas. Ao nível da receita corrente a Câmara Municipal de Lagoa tem tido um comportamento razoável, face o valor orçamentado, o mesmo não tem acontecido, com a receita de capital. Em relação à interpretação, referiu que o montante de endividamento líquido municipal é calculado através de uma fórmula e é equivalente à diferente entre a soma dos passivos e a soma dos activos. A DGAL calcula o montante do endividamento líquido total dos Municípios de cada ano e, neste momento, estão a avaliar o ano de 2009. A quem não cumpre os limites do endividamento líquido, são reduzidos 10% do montante que excede o seu limite.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2010 sido apreciados e votados, por maioria, com quinze votos a favor, dois votos contra dos membros Cláudia Galego e Francisco Vieira e

uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos dezoito membros presentes, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita € 11.932.820,56 (onze milhões novecentos e trinta e dois mil oitocentos e vinte euros e cinquenta e seis cêntimos) e de despesa € 12.000.870,96 (doze milhões oitocentos e setenta euros e noventa e seis cêntimos), acusando um saldo de € 101.521,70 (cento e um mil quinhentos vinte e um euros e setenta cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 534.406,33 (quinhentos e trinta e quatro mil quatrocentos e seis euros e trinta e três cêntimos) e com o saldo de € 208.375,78 (duzentos e oito mil trezentos setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos) perfaz a quantia de € 742.782,11 (setecentos quarenta e dois mil setecentos oitenta e dois euros e onze cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 515.310,81 (quinhentos e quinze mil trezentos e dez euros e oitenta e um cêntimos), apresentando um saldo de € 227.471,30 (duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e um euros e trinta cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 31.792,82 (trinta e um mil setecentos noventa e dois euros e oitenta e dois cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Actividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com quinze votos a favor, dois votos contra dos membros Cláudia Galego e Francisco Vieira e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos dezoito membros presentes.

Na sequência do Relatório de Actividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2010, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

a) Reforço do Património;

b) Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 134.009,84 (cento e trinta e quatro mil e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 6.700,50

Reforço do Património: € 127.309,34.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com quinze votos a favor, dois votos contra dos membros Cláudia Galego e Francisco Vieira e uma abstenção do membro Roberto

Oliveira, dos dezoito membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2010, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção, dada pelo Decreto - Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

Entrou na sala o membro Eduíno Rego.

PONTO Nº 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2010 - EML - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram presentes os seguintes documentos apresentados pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., referentes ao Exercício de 2010:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das alterações de Capital Próprio
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório do Conselho de Administração
- Balancetes Gerais
- Certificação Legal das Contas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 4 – RELATÓRIO E CONTAS DE 2010 – PORTAS DA LAGOA, SA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram apresentados o Relatório e Contas de 2010 da Sociedade Anónima, Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., acompanhado dos respectivos anexos e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 5 – APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 474/2010, DE 1 DE JULHO:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados, nos termos da alínea e) do nº 3 do artigo 48º da Lei das Finanças Locais e da Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, elaborado pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou os documentos de consolidação de contas, nos termos da Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho.

PONTO Nº 6 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

Criação da Receita:

06030601 – ASDEPR – 1.000,00 €

150101 – Reposições não abatidas nos pagamentos – 24,00 €

Saldo da gerência anterior

160101 – Na posse do Serviço – 101.521,00 €

Inclusão de novos projectos:

0201 Obj/Prog – 0102 070109 – Aquisição de Mobiliário para o Edifício do Convento dos Frades – 87.000,00€

0501 Obj/Prog – 0102 07010202 – Aquisição de Imóveis no Concelho – 64.800,00 €

0502 Obj/Prog.- 0103 090702 – Empresa Municipal – 1.000,00 €

Reforços:

0102 020225 – Outros Serviços – 1.000,00 €

0102 070107 – Aquisição de Equipamento Informático – 27.000,00 €

0103 03010302 – Empréstimos de Médio e Longo Prazo – Juros – 24,00 €

0103 07010399 – Remodelação do Convento dos Frades – 73.300,00 €.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 102.545,00 (cento e dois mil quinhentos e quarenta e cinco euros) na receita e 254.124,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil cento e vinte e quatro euros) na

despesa, de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E DO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2011:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e do Mapa de Pessoal do ano de 2011.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, a referida proposta de criação de uma nova unidade orgânica flexível, passando das actuais 3 para 4 e a designar-se: Unidade Orgânica de Informática e Sistemas de Informação;

2º Aprovar a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 – PROPOSTA ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta que abaixo se transcreve:

“Dando cumprimento ao disposto no Decreto - Legislativo Regional nº 2/2011/A, de 15 de Fevereiro de 2011 sobre o alargamento da remuneração compensatória aos funcionários das autarquias açorianas e verificando-se o interesse em aplicar a medida no Município de Lagoa – Açores, nos termos do presente diploma, proponho que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal a sua aplicação aos trabalhadores desta Autarquia Local.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que este assunto foi presente à Assembleia Municipal porque a Lei refere que compete aos Órgãos das Autarquias Locais a decisão da atribuição da remuneração compensatória.

O membro Roberto Oliveira referiu que se abstém, face à sua interpretação relativamente ao limite de endividamento e aos problemas de receita. Acrescentou que a gestão é da responsabilidade da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, um voto contra do membro Francisco Vieira e uma abstenção do membro Roberto Oliveira dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de atribuição da remuneração compensatória aos trabalhadores da Câmara Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 2º do Decreto - Legislativo Regional nº 2/2011/A, de 15 de Fevereiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa (Açores), cujo teor abaixo se transcreve:

“Sujeita a discussão pública nos termos do art.º 117º e art.º 118º do Código do Procedimento Administrativo não foi apresentada qualquer sugestão de alteração ao referido regulamento. No entanto, compulsado o mesmo e tendo em conta a sugestão apresentada pela Divisão de Recursos Humanos e Técnicos, com a qual concordo, proponho as alterações infra:

- A alínea f) do art.º 7º, que se refere às condições de acesso, deverá ser corrigida para “Todas as habitações a abranger pelo presente Regulamento e desde que a natureza da intervenção o exija, terão de dispor de respectiva licença de utilização, excepto as construídas anteriormente a 1951, que para o efeito terão de apresentar a respectiva Certidão de Registo Predial ou cópia da planta de cadastro que localize a construção.”

- No art.º 8º deverão ser considerado três pontos e não dois, atendendo à situação diferenciada dos agregados familiares, designadamente,

1. Os apoios a conceder nos termos do presente Regulamento serão atribuídos mediante candidatura.

2. O processo de candidatura aos referidos apoios deverá ser instruído no Gabinete de Acção Social com os seguintes documentos:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, de que o requerente é titular, consoante o caso, de direito de propriedade, compropriedade, usufruto, uso, habitação ou arrendamento urbano da habitação a que se destina o apoio;
- b) Formulário de candidatura a fornecer pela Câmara Municipal;
- c) Cópias do(s) bilhete(s) de identidade e do(s) número(s) de contribuinte;
- d) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelo candidato e pela totalidade dos membros do seu agregado familiar, nomeadamente declaração de IRS / IRC relativa ao ano civil anterior ao ano a que se refere o pedido de apoio.

3. A Câmara Municipal de Lagoa – Açores reserva o direito de exigir, a título complementar, os seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo de que detém a titularidade do imóvel;
- b) Declaração dos rendimentos ilíquidos mensais de todos os elementos do agregado familiar, passada pela entidade patronal;
- c) Fotocópia do último recibo de pensão, dos elementos que se encontrem nessa situação;
- d) Declaração do rendimento social de inserção, se for o caso, emitido pelo Centro de Prestações Pecuniárias, onde conste a composição do agregado familiar, o valor de prestação e os rendimentos para o efeito do cálculo da mesma;
- e) Certificado da situação de desemprego, se for o caso, e de inscrição actualizada no Centro de Emprego da área correspondente;
- f) Atestado de incapacidade para o trabalho, se for esse o caso, e comprovativos médicos das situações de doença crónicas ou prolongadas.

- No ponto 2 do art.º 12º onde se diz "(...) até ao incentivo máximo desde que se verifiquem alguns dos critérios previstos nas alíneas b) a f) do artigo anterior" deve constar "(...) até ao incentivo máximo desde que se verifiquem alguns dos critérios previstos nas alíneas b) a f) do art.º 10º."

- No art.º 14º onde se diz "Após reunião dos elementos complementares ao processo" deve constar "Após a instrução do processo de candidatura";

Como as alterações acima propostas não alteram substancialmente o regulamento, não é necessária nova discussão pública.

Assim, proponho:

- 1º) Que a Câmara Municipal de Lagoa delibere aprovar esta proposta de alteração ao regulamento;
- 2º) Submeter o regulamento, com as alterações ora aprovadas, à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção."

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a Alteração do Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa (Açores), nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 10 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Alteração do Regulamento para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa (Açores), cujo teor abaixo se transcreve:

“Sujeita a discussão pública nos termos do art.º 117º e art.º 118º do Código do Procedimento Administrativo não foi apresentada qualquer sugestão de alteração ao referido regulamento. No entanto, compulsado o mesmo e tendo em conta a sugestão apresentada pela Divisão de Recursos Humanos e Técnicos, com a qual concordo, proponho as alterações infra:

- O art.º. 4º deve ter um novo ponto para fundamentar o apoio semestral atribuído às entidades desportivas com a seguinte redacção:

3 – Os pedidos de subsídios requeridos pelas associações e entidades de natureza desportiva cuja época desportiva não coincida com o ano económico devem ser solicitados semestralmente, sendo obrigatoriamente efectuados até 30 de Outubro para o apoio referente ao 1º semestre e até 30 de Abril para o apoio ao 2º semestre.

- No art.º 10º desse regulamento em matéria sobre a avaliação da aplicação dos subsídios, deve ser retirado o ponto 1 uma vez que reclama a entrega de um relatório de execução até 30 de Março do ano seguinte a que se refere o contrato-programa, quando na instrução do pedido de subsídios, sendo anuais ou semestrais, este é um dos documentos exigidos, pelo que o ponto 1 do art.º 10º deverá ter a seguinte redacção:

1 - O relatório de contas deverá ser exigido pelo serviço proponente sempre que o entender necessário;

Atendendo que nem todas as instituições sabem redigir um Plano de Actividades e tendo por objectivo, por um lado uniformizar este procedimento e por outro facilitar esse trabalho às instituições do Concelho de Lagoa, que são coordenadas por voluntários e que dentro das suas possibilidades fazem o melhor que sabem, propomos que conste nos anexos, para além do Modelo do Contrato Programa, também um modelo de Plano de Actividades, que pode ser utilizado pelas entidades que desejarem.

Como as alterações acima propostas não alteram substancialmente o regulamento, não é necessária nova discussão pública.

Assim, proponho:

1º) Que a Câmara Municipal de Lagoa delibere aprovar esta proposta de alteração ao regulamento;

2º) Submeter o regulamento, com as alterações ora aprovadas, à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º e alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.”

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção do membro Roberto Oliveira dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa (Açores), nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 11 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DE TAXAS – REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DO CONCELHO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração de taxas do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa (Açores), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

Que o Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa já foi elaborado há já quase 4 (quatro) anos;

A preocupação da Câmara Municipal em dinamizar, actualizar e aproximar os seus regulamentos municipais da realidade da matéria que visam regulamentar.

Que o nosso parque de obras está absolutamente lotado de veículos recolhidos da via pública por se encontrarem em situação de abandono e/ou degradação.

Que esta absoluta falta de espaço no Parque Municipal de obras, impossibilita a futura recolha das viaturas da via pública que se encontrem em situação de abandono e/ou degradação e que é uma competência da Câmara Municipal e impede a garantia da devida segurança e conservação do estado das viaturas a partir do momento em que chegam ao parque de obras.

Ser do nosso entendimento que esta situação só se irá alterar e, consequentemente, só se irá verificar uma redução do número de viaturas depositadas no parque de obras, quando os valores das respectivas taxas acarretarem um factor de dissuasão para os seus proprietários.

Assim, proponho a alteração dos valores das taxas referentes ao depósito de veículos à guarda desta autarquia, concretamente que o artigo 23.º, n.º1, alínea e), do Regulamento

Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa passe a ter a seguinte redacção:

e) Pelo depósito de um veículo à guarda da entidade competente para a fiscalização são devidas, por cada período de vinte e quatro horas, ou parte deste período, se ele não se chegar a completar-se:

- 1) Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alienas seguintes - € 10;
- 2) Veículos ligeiros - € 20;
- 3) Veículos pesados - € 40.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a Alteração de Taxas do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Lagoa (Açores), nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 12 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa - Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

A preocupação da Câmara Municipal em dinamizar, actualizar e aproximar os seus regulamentos municipais da realidade da matéria que visam regulamentar.

Que a toponímia, definida como o estudo histórico ou linguístico dos nomes próprios de lugares, a sua origem e evolução, reveste grande significado e importância pois constitui um elemento indispensável na identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos e rústicos.

Que se pretende que as designações toponímicas estejam intimamente ligadas aos valores culturais e sociais das populações, reflectindo e perpetuando a importância histórica de factos, pessoas, eventos e lugares e, neste sentido, é fundamental que as Juntas de Freguesia, enquanto órgãos intimamente relacionados e próximos destas realidades, participem, de uma forma efectiva, na Comissão Municipal de Toponímia.

Que na actual redacção do regulamento não está prevista a participação efectiva dos membros das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Toponímia.

Assim, propõe-se a alteração da redacção do artigo 6.º do presente regulamento que passará a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.
Composição da Comissão

1. Integram a CMT:

- a) ...;
- b) ...;
- c) ...;

d) Um cidadão de reconhecido mérito indicado por cada uma das Juntas de Freguesia do Concelho de Lagoa;

e) Dois membros do quadro técnico da CML.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1º Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa - Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Entrou na sala o membro Rodolfo da Silva.

PONTO Nº 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CANIL MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES – CENTRO DE RECOLHA DE ANIMAIS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração do Regulamento do Canil Municipal de Lagoa – Açores, Centro de Recolha de Animais, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

Que o Regulamento do Canil Municipal já está em vigor há quase quatro anos, sem que, desde a data da sua entrada em vigor, tenha sido revisto e actualizado.

A preocupação da Câmara Municipal em dinamizar, actualizar e aproximar os seus regulamentos municipais da realidade da matéria que visam regulamentar.

Que o Canil Municipal apresenta uma constante sobrelotação de animais ali depositados após recolha pelo Médico Veterinário Municipal.

O reduzido número de animais levantados/adoptados pelos particulares, serviço este que acarreta o pagamento de uma taxa que varia, consoante os casos, entre os 15,00€ a 100,00€, de acordo com a tabela anexa ao regulamento em causa.

Que na maior parte dos casos, por falta de particulares interessados em adoptar os animais estes acabam por ser abatidos.

Que o Município de Lagoa tem vindo a desenvolver e incentivar uma política de colaboração e parceria com Instituições e Associações que seja reconhecida a sua utilidade pública.

Que a APA – Associação Açoreana de Protecção dos Animais, é uma associação humanitária, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem por objecto, nomeadamente a defesa e protecção dos animais abandonados, lutando pelo seu bem-estar e melhoria de qualidade de vida. Assim, de forma a colaborar com esta associação no interesse e defesa dos animais, proponho que a Câmara Municipal de Lagoa altere o Regulamento do Canil Municipal de Lagoa, designadamente o seu artigo 8.º e tabela de taxas anexa, isentando do pagamento de taxas a cedência de animais do canil municipal directamente à referida Associação ou a qualquer pessoa, singular ou colectiva, que comprova ser seu membro e que detenha respectiva credencial emitida pela referida associação comprovando que os animais serão reencaminhados para adopção.

Foi ainda analisada a redacção do artigo 10.º, referente aos cães Raça Potencialmente Perigosa, seus cruzamentos e cães agressivos e concluído dotá-la de maior clareza e objectividade.

Assim, proponho que a alteração dos artigos 8.º e 10.º e a adição de um novo artigo 8.º A ao Regulamento do Canil Municipal que passa ter as seguintes redacções:

Artigo 8.º

Condições de cedência de animais do canil e centro de recolha de animais

Os animais alojados nas instalações da Câmara Municipal só serão entregues depois de serem identificados, serem cumpridas as normas de profilaxia médico-sanitária em vigor e pagas todas as despesas de manutenção referentes ao período de permanência, do(s) animal(ais) de acordo com a tabela anexa, com excepção, em termos de pagamento de taxas referentes à cedência de animais, dos casos previstos no artigo seguinte.

Quaisquer actos médicos que, impreterivelmente, tenham de ser efectuados para assegurar condições mínimas de bem-estar ou de sobrevivência dos animais serão sempre a expensas do proprietário, devendo o pagamento ser efectuado em simultâneo de acordo com as taxas expressas na tabela anexa.

Artigo 8.º - A

Isenção do pagamento de taxas

A APA – Associação Açoriana de Protecção Animal, ou qualquer outra Associação de protecção animal, cujo objecto social seja devida e previamente reconhecido pela Câmara Municipal de Lagoa, e qualquer pessoa, singular ou colectiva, que comprove, nomeadamente através da apresentação do respectivo e válido cartão, que é seu associado e que detenha credencial emitida por esta na qual ateste, expressamente, que os animais serão reencaminhados para adopção, beneficia da isenção do pagamento das taxas previstas no artigo anterior e na tabela anexa ao presente regulamento referente à cedência de animais, concretamente dos números 4 a 17.

Artigo 10.º

Cães de Raça Potencialmente Perigosa, seus cruzamentos e cães agressivos

A avaliação de cedência para adopção será efectuada caso a caso pelo Médico Veterinário Municipal e só poderão sair do Canil após satisfeitas as imposições legais em vigor para a posse e detenção de cães com estas características.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a alteração do Regulamento do Canil Municipal de Lagoa – Açores, Centro de Recolha de Animais, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 14 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA DE LAGOA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de alteração do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

Que o Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa foi elaborado há já quase 4 (quatro) anos;

A preocupação da Câmara Municipal em dinamizar, actualizar e aproximar os seus regulamentos municipais da realidade da matéria que visam regulamentar.

É intenção desta Câmara Municipal regulamentar os projectos de jazigos e campas a edificar no Cemitério de Lagoa de forma a salvaguardar a uniformização e harmonia arquitectónica das suas construções.

É igualmente intenção desta Câmara Municipal proibir qualquer publicidade de venda de campas no recinto, de forma a não descaracterizar a harmonia do local.

Assim, proponho que os artigos 53.º e 54.º, 61 e 68.º do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa passem a ter as seguintes redacções:

Artigo 53.º

Licenciamento

1. O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para revestimento de sepulturas perpétuas, deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Açores), instruído com o projecto da obra, em duplicado, que deverá obedecer, em regra, os projectos tipo colocados à disposição dos particulares, elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal de Lagoa (Açores), devendo do requerimento constar o prazo previsto para a execução da obra.

2. Caso os particulares não pretendam utilizar os projectos de obra fornecidos pela Câmara Municipal, deverão entregar, para prévia autorização, requerimento instruído com o projecto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal de Lagoa (Açores), devendo do requerimento constar o prazo previsto para a execução da obra.

3. (anterior n.º2).

Artigo 54.º

Projecto

1. A Câmara Municipal de Lagoa coloca à disposição dos particulares 3 projectos de jazigos e 4 de sepulturas perpétuas, que constam em anexo ao presente regulamento, os quais deverão, em regra, ser os projectos utilizados.

2. Caso os particulares não pretendam utilizar os projectos disponibilizados pela Câmara Municipal, deverão, apresentar projecto, que será submetido a aprovação da Câmara Municipal, contendo os elementos seguintes:

a) Desenhos devidamente cotados à escala mínima de 1/100;

b) Memória descritiva da obra, em que especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, aparelhos, cor, e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar;

c) Declaração de responsabilidade;

d) Estimativa orçamental.

3. (anterior n.º2).

4. (anterior n.º3).

5. (anterior n.º4).

6. (anterior n.º5).

Artigo 61.º

Sinais funerários

1. ---

2. Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redacção, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.

Artigo 68.º

Proibições no recinto do cemitério

No recinto do cemitério é proibido:

a) ---

b) ---

c) ---

d) ---

e) ---

f) ---

g) ---

h) ---

i) Afixação de qualquer meio publicitário referente à venda de campas ou jazigos.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a alteração do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezoito horas e quarenta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
